



Industrialização em Economias em Desenvolvimento: Uma Análise Comparativa entre Brasil e Coreia do Sul

Industrialization in Developing Economies: A Comparative Analysis of Brazil and South Korea

Bernardo Avellar Netto Santos Paranhos¹

Resumo: Este artigo analisa o processo de desenvolvimento econômico do Brasil e da Coreia do Sul ao longo do século XX, com ênfase em seus respectivos modelos de industrialização. Enquanto o Brasil adotou uma abordagem de industrialização por substituição de importações, a Coreia do Sul seguiu um modelo de industrialização voltado para as exportações. O estudo compara indicadores econômicos-chave, como o PIB *per capita*, a participação das exportações no PIB e o grau de abertura comercial. Os resultados evidenciam as limitações do modelo protecionista brasileiro e o sucesso da estratégia sul-coreana em alcançar um crescimento econômico sustentado no longo prazo. O artigo conclui que, embora desempenhe um papel significativo no desenvolvimento econômico, a abertura comercial deve ser acompanhada por políticas complementares, como investimentos em capital humano, inovação tecnológica e estabilidade macroeconômica.

Palavras-Chave: Industrialização; Substituição de Importações; Desenvolvimento Econômico; Brasil; Coreia do Sul.

Abstract: This paper analyzes the economic development process of Brazil and South Korea throughout the 20th century, with an emphasis on their respective industrialization models.

¹ Graduando em Ciências Econômicas (UnB); bernardoaparanhos@gmail.com.



While Brazil adopted an Import Substitution Industrialization model, South Korea pursued an Export-Oriented Industrialization model. The study compares key economic indicators, such as GDP per capita, the share of exports in GDP, and the degree of trade openness. The results highlight the limitations of Brazil's protectionist model and the success of South Korea's strategy in achieving sustained long-term economic growth. The article concludes that, although trade openness plays a significant role in economic development, it must be accompanied by complementary policies, such as investments in human capital, technological innovation, and macroeconomic stability.

Keywords: Industrialization; Import Substitution; Economic Development; Brazil; South Korea.



1. Introdução

O comportamento da riqueza das nações é objeto de estudo antigo dentro da Ciência Econômica. Entender por que alguns países enriqueceram e outros não, como e de que forma se deu esse processo são questões frequentes. Até o século XVII, não se observavam fortes discrepâncias no padrão de renda dos diferentes países da economia mundial. Contudo, a partir do século XVIII, nota-se a presença e intensificação de um hiato no padrão de renda. Profundas transformações sociais, econômicas e políticas, iniciadas na Inglaterra e depois espalhadas para alguns países europeus, foram as responsáveis por um dos mais rápidos progressos econômicos vistos nos últimos séculos. Alguns acontecimentos devem ser mencionados, como a Revolução Agrícola, o Iluminismo e a Revolução Industrial, responsáveis pelo acelerado nível de desenvolvimento econômico desses países e o acelerado crescimento do hiato do nível de renda de maneira sem precedentes.

As economias de renda alta têm hoje seis a nove vezes o PIB *per capita* das economias de renda alta de 1870, e a composição desse grupo permaneceu em grande parte inalterada. Por outro lado, hoje, os países de renda baixa mal aumentaram sua renda *per capita* e continuam sendo, em grande parte, os mesmos de 1870. As disparidades de renda entre países ricos e pobres são enormes e, de modo geral, relacionam-se empiricamente a grandes disparidades na produtividade do trabalho, explicada pela relação com o estoque de capital por trabalhador e com o nível educacional da força de trabalho (Ros, 2013).

Neste trabalho, a ênfase será nos casos do Brasil e da Coreia do Sul, e seus respectivos processos de industrialização e desenvolvimento econômico durante o século XX. Segundo a classificação do Banco Mundial, em 2023, o Brasil era classificado como uma economia de renda média-alta e a Coreia do Sul como uma economia de renda alta². Contudo, ao compararmos historicamente as rendas *per capita* desses dois países no início dos anos 1950, a renda *per capita* da Coreia do Sul era de US\$ 1.111, enquanto a renda *per capita* brasileira era de US\$ 1.798³.

O objetivo deste artigo é comparar o modelo de industrialização brasileiro no século XX, caracterizado pelo processo de substituição de importações, com o modelo de industrialização sul-coreano no mesmo período, identificado por um crescimento voltado para

² Uma economia é classificada como de renda média-alta se possui Renda Nacional Bruta *per capita* entre US\$ 4.516 a US\$ 14.005 e como de renda alta se possui Renda Nacional Bruta *per capita* igual ou superior a US\$ 14.006.

³ Valores aproximados obtidos da base de dados da *Penn World Table* 10.01 na paridade do poder de compra.



as exportações. Dessa maneira, busca-se entender os diferentes modelos de industrialização e suas consequências no processo de desenvolvimento econômico dessas nações. Primeiro, serão apresentados a metodologia e os dados a serem utilizados.

Em seguida, serão expostos a teoria estruturalista e o modelo de industrialização por substituição de importação, representados pelo caso brasileiro. Na sequência, serão abordados o rápido crescimento asiático na segunda metade do século XX e, particularmente, o caso sul-coreano. Ao final, a título de conclusão, será feita uma comparação entre os dois modelos.

Assim, entender o que é desenvolvimento econômico mostra-se importante para a análise comparativa proposta neste artigo. No entanto, não há consenso, na literatura especializada, sobre o conceito de desenvolvimento econômico⁴.

Bresser-Pereira (2007) resume o desenvolvimento econômico como um processo histórico que se inicia no capitalismo, marcado pela acumulação sistemática de capital e a incorporação de avanço técnico, que resulta no aumento contínuo da produtividade ou da renda *per capita* e aumenta o nível de bem-estar.

Todaro e Smith (2020), por sua vez, definem o desenvolvimento econômico como o aumento sustentado do produto *per capita*, acompanhado por mudanças nas estruturas econômicas, sociais e institucionais de um país, refletindo um processo de transformação de longo prazo. Amartya Sen (2000), por outro lado, define que o desenvolvimento econômico é um processo de expansão das liberdades reais das pessoas, impulsionado não só por aumentos no PIB *per capita* e na renda, mas também por outros determinantes, como acesso à educação, à saúde e aos direitos civis.

No âmbito deste artigo, buscando-se uma espécie de núcleo comum a essas definições, assume-se a forma mais simples do conceito: desenvolvimento econômico como o aumento do PIB *per capita*, observado entre um período e outro.

2. Metodologia e Dados

A metodologia utilizada será um estudo comparativo acerca dos modelos de industrialização adotados pelo Brasil e pela Coreia do Sul ao longo do século XX. Serão observados indicadores econômicos para ambos os países a fim de analisar os resultados de cada modelo e comparar os processos de desenvolvimento.

⁴ Para este artigo, utilizar-se-á desenvolvimento e crescimento como sinônimos.



A base de dados a ser utilizada é a *Penn World Table* 10.01⁵, que contém, para o período em questão, informações de PIB *per capita*, exportações e importações disponíveis para os países definidos. A utilização dessa base de dados é fundamental para o objetivo deste trabalho, uma vez que padroniza os valores e torna possível uma comparação entre os dois casos ao expressar as variáveis na paridade do poder de compra.

Os dados analisados para a comparação entre os casos brasileiro e sul-coreano são o PIB *per capita*, a participação das exportações e das importações no PIB e o grau de abertura comercial dos países, calculado pela soma do grau de participação das exportações e das importações no PIB. A partir desses dados, serão elaborados gráficos com o intuito de facilitar a comparação. O período em análise começa em 1950⁶, primeiro ano em que os dados estão disponíveis, e é estendido para as duas primeiras décadas do século XXI, finalizando em 2019, a fim de medir os impactos a longo prazo dos dois modelos de industrialização e evitar possíveis distorções provocadas pela Pandemia de COVID-19.

3. CEPAL e o estruturalismo

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada, em 1948, como uma das cinco comissões regionais da ONU, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da América Latina e, posteriormente, do Caribe. Sua meta primordial era reduzir a dependência das economias da região em relação à exportação de matérias-primas, por meio da industrialização e integração regional. Ao longo das décadas, a CEPAL ampliou seu escopo para incluir outras temáticas, como problemas de desigualdade, de sustentabilidade e questões sociais.

Raúl Prebisch, em seu artigo seminal publicado em 1949, intitulado *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*, analisa o papel que a divisão internacional do trabalho, consolidada no século XIX, atribuiu aos países latino-americanos como produtores de bens primários para os grandes centros industriais. Ele argumenta que a teoria econômica clássica, ao assumir que os frutos do progresso técnico seriam distribuídos igualmente via comércio internacional, falha por não considerar as desigualdades estruturais entre centro e periferia. Isso se manifesta na tendência histórica de queda dos preços dos

⁵ A *Penn World Table* (PWT) 10.01 é uma base de dados que fornece informações sobre níveis relativos de renda, produção, insumos e produtividade, abrangendo 183 países entre 1950 e 2019. Foi desenvolvida e é mantida por membros da Universidade da Califórnia, Davis e do Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen, da Universidade de Groningen.

⁶ Na *Penn World Table* os dados sul-coreanos começam a partir de 1953.



produtos primários em relação aos produtos industriais, o que limita os ganhos dos países periféricos frente ao progresso técnico global.

O autor identifica a existência de um desequilíbrio estrutural entre centro e periferia, no qual os países centrais não apenas absorvem os frutos de seu próprio progresso técnico, como também se apropriam dos ganhos de produtividade gerados na periferia. Dessa forma, o centro mantém seu padrão de renda, enquanto a periferia permanece presa a dificuldades estruturais persistentes. Diante desse cenário, Prebisch argumenta que a industrialização constitui um caminho indispensável para que os países da periferia se apropriem de parte dos benefícios do progresso técnico e elevem progressivamente seu nível de renda.

A CEPAL desempenhou um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, com destaque para o caso brasileiro. A partir da perspectiva estruturalista cepalina, derivam importantes estratégias econômicas, como o nacional-desenvolvimentismo e o modelo de industrialização por substituição de importações. De acordo com Bresser-Pereira e Gala (2010), o estruturalismo latino-americano pode ser resumido em algumas proposições:

a) deterioração dos termos de troca: observou-se, ao longo dos anos, uma tendência de queda nos preços dos produtos primários, exportados pelos países subdesenvolvidos, em relação ao preço dos produtos manufaturados, produzidos pelos países desenvolvidos e importados pelos subdesenvolvidos. Essa tendência tornou necessária a intervenção do Estado na economia;

b) papel central do Estado no desenvolvimento econômico: uma vez que o mercado por si só não seria o promotor do crescimento, o Estado deveria assumir esse papel, tornando-se assim responsável pelo planejamento, investimento e coordenação do processo;

c) desenvolvimento como processo estrutural: ao contrário do que foi proposto pela teoria neoclássica, para que ocorra o desenvolvimento é necessária a transferência de mão de obra para setores com alto valor adicionado *per capita*, justificando assim as políticas de industrialização do Estado;

d) subdesenvolvimento como resultado da subordinação externa: o subdesenvolvimento não é visto como um estágio de atraso no desenvolvimento do país, mas sim como o resultado de uma subordinação imposta pelos países industrializados. Isso fundamenta a necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento para reduzir a disparidade do nível de renda com os países mais desenvolvidos;

e) oferta ilimitada de mão de obra: a abundância de mão de obra em setores de baixa produtividade reduz os salários e gera insuficiência de demanda, ou de incentivos, para o investimento privado;



f) tese da indústria infante: defende a proteção à indústria nascente por meio de tarifas, até que ela se torne competitiva, e o modelo de substituição de importações;

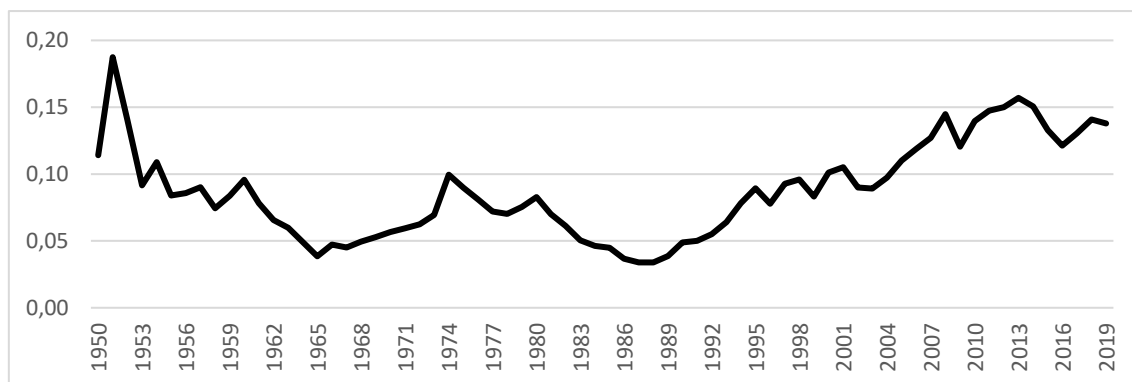
g) inflação estrutural: a estabilidade de preços – especialmente nos países ricos – é difícil em virtude das imperfeições do mercado, sobretudo no setor agrícola. Mesmo com aumentos na demanda, os preços não se mantêm estáveis, pois a oferta de alimentos não responde na mesma velocidade;

h) limitação da poupança interna e dependência externa: os países latino-americanos não têm poupança interna suficiente para financiar o seu desenvolvimento. Como a elasticidade-renda de suas importações é maior do que a elasticidade-renda de exportações de bens primários nos países ricos, argumenta-se assim em favor da busca do *big push* ou do crescimento com poupança externa.

4. O caso brasileiro: industrialização por substituição de importações

Para compreender a política econômica brasileira no século XX, deve-se, em primeiro lugar, analisar a produção cafeeira e sua crise na primeira metade do século. Segundo Furtado (2007), entre 1929 e 1931, o poder de compra da moeda nacional caiu no exterior 50% mais do que internamente e observou-se uma redução de mais de 60% na quantidade das importações. Com a queda do preço internacional do café, a consequente redução na receita das exportações e o encarecimento das importações devido à desvalorização da moeda, a produção nacional voltou-se para o mercado interno.

A estratégia brasileira de industrialização por substituição de importações se deu por meio do incentivo à produção nacional, impondo alíquotas e tarifas sobre os produtos importados a fim de proteger o desenvolvimento inicial da indústria nacional até que se tornasse competitiva no mercado internacional. A substituição de importações começou pela produção de bens de consumo popular, expandindo-se para outros setores, até alcançar a produção de bens de capital. No Brasil, a proteção industrial efetiva chegou a 113% em 1966 (Krugman, 2015). Como mostra o gráfico abaixo, essa estratégia levou à redução da participação das importações no PIB brasileiro:

**Figura 1- Importações brasileiras como porcentagem do PIB**

Fonte: PWT 10.01. Elaboração própria.

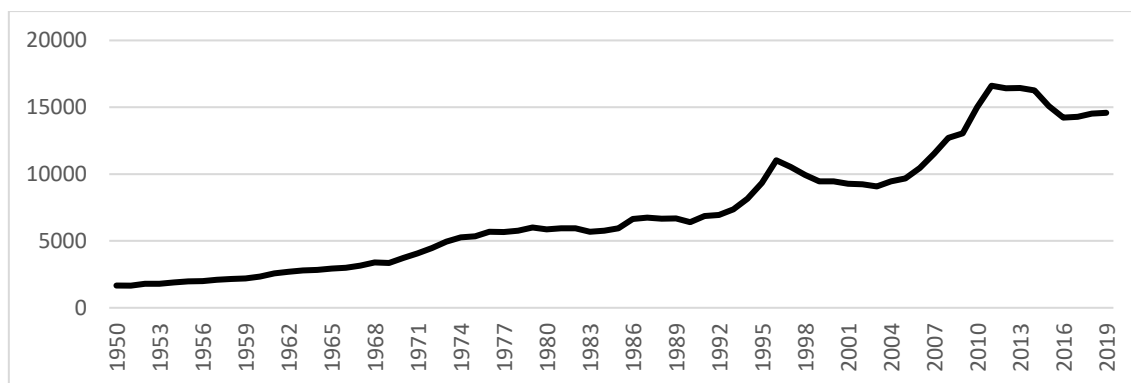
Como mostra Suzigan (2012), segundo dados do IBGE, a produção industrial brasileira apresentou uma taxa média anual de crescimento entre 1912 e 1929 de 4,3%, alcançando 8,7% no período de 1933 a 1980. Contudo, o declínio do crescimento médio anual da produção industrial brasileira nas décadas seguintes a 1980 é forte e evidencia a limitação do modelo brasileiro de industrialização por substituição de importações. Entre 1981 e 1999, a taxa média anual de crescimento da produção industrial brasileira foi de 0,7%.

A economia brasileira da década de 1980 merece um olhar mais cuidadoso. Frequentemente lembrada como a “década perdida”, o período ficou marcado por uma profunda crise econômica, estagnação do crescimento e forte instabilidade política. Apesar de outras economias latino-americanas terem vivido situações semelhantes, o caso brasileiro assume características particulares. O crescimento econômico estagnou, a desigualdade social se agravou e a hiperinflação corroeu o poder de compra da população. Por outro lado, deve-se ressaltar que houve avanços institucionais importantes, que prepararam o terreno para os processos de estabilização econômica e consolidação democrática na década seguinte.

O sucesso ou o fracasso do modelo de industrialização brasileiro por substituição de importações é controverso. A economia brasileira apresentou um crescimento econômico estável com um alto grau de industrialização até o início da década de 1980. Contudo, a estagnação e o processo de desindustrialização dos anos seguintes evidenciam que a estratégia adotada não trouxe o desenvolvimento industrial e econômico desejado. Ao ser comparada com diferentes modelos adotados por outros países em desenvolvimento, apresenta resultados piores.



Figura 2 - PIB per capita brasileiro



Fonte: PWT 10.01. Elaboração própria.

5. A rápida ascensão asiática: o caso sul-coreano

A partir da década de 1960, um grupo de países do leste asiático ganhou destaque pelo acelerado crescimento econômico, possibilitado por uma combinação de fatores políticos, macroeconômicos e sociais: os Tigres Asiáticos. Composto por Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Singapura, esse grupo de países viveu uma ascensão econômica impressionante e viu sua renda *per capita* convergir para níveis de países desenvolvidos. Algumas décadas depois, a lista de economias asiáticas em rápido crescimento já era consideravelmente maior e incluía países como China, Índia, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã. Para este estudo, será tomada a Coreia do Sul como referência.

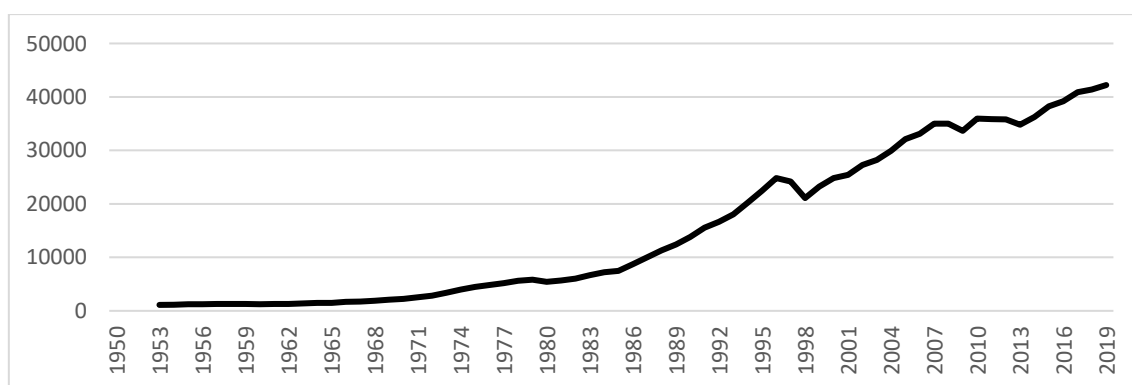
Ao analisar o processo de desenvolvimento econômico sul-coreano, deve-se atentar para alguns fatos históricos do processo. A Coreia do Sul conquistou sua independência em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial no Pacífico, com a rendição japonesa. Contudo, como apontam Yoon e Souza (2001), a herança foi a pior possível, com uma situação de extrema pobreza, ausência de capital, físico e humano, e graves desequilíbrios econômicos internos. Alguns anos depois, em 1950, a Coreia do Sul enfrentou uma nova situação delicada de sua história: a Guerra da Coreia, conflito que durou três anos e trouxe um período de estagnação econômica para o país.

Como coloca Dall'Acqua (1991), a Coreia do Sul passou por um primeiro momento de reconstrução econômica e, principalmente, combate à desigualdade. O objetivo inicial do processo de industrialização foi transformar-se em uma economia autossuficiente. Contudo, o surgimento de incentivos à abertura comercial coreana, como o sucesso de seu vizinho Japão no período pós-guerra, provocou alterações no plano de industrialização do país.



A década de 1960 é de profunda importância para a história da Coreia do Sul. Em 1961, o país passou por um golpe de Estado, liderado pelo general Park Chung-hee, que se manteve no poder até 1979. Foi nos primeiros anos do governo do general Park que ocorreu a transição do modelo de industrialização sul-coreano, antes baseado na substituição de importações, para o modelo voltado para as exportações. Deve-se reforçar que esse processo foi marcado pela presença do Estado, seja de forma ativa, por meio de planos econômicos, seja deixando o livre funcionamento do mercado. Nos anos 1970, a Coreia do Sul consolidou o seu modelo de industrialização voltado para o exterior, alcançando um rápido crescimento econômico, como evidenciado no gráfico abaixo.

Figura 3 - PIB *per capita* sul-coreano

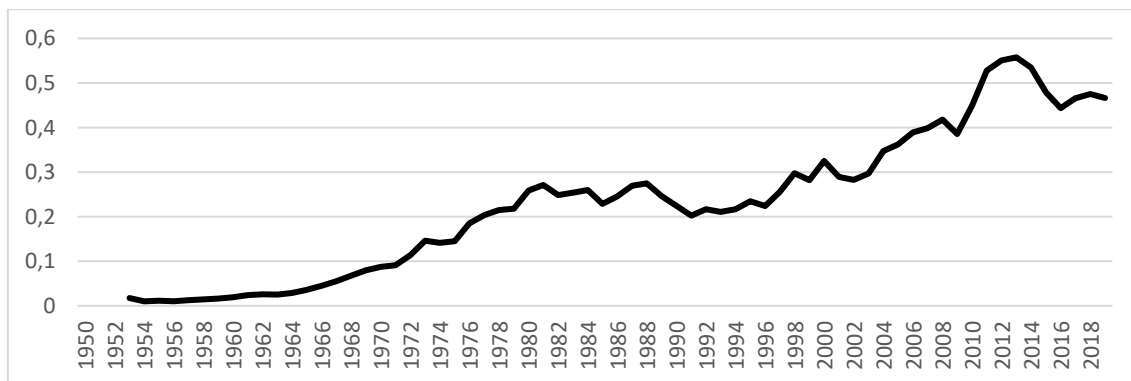


Fonte: PWT 10.01. Elaboração própria.

Alguns fatores explicam o rápido crescimento da economia sul-coreana, como investimentos em capital, físico e humano, tecnologia, legislações trabalhistas, elevada taxa de poupança, estabilidade macroeconômica e, como fator comum às demais economias asiáticas, abertura comercial. De acordo com os dados da *Penn World Table* 10.01, em 1960, as exportações sul-coreanas correspondiam a aproximadamente 2% do PIB. Vinte anos depois, em 1980, esse valor chegava a quase 30% e, em 2013, a quase 60% do PIB.



Figura 4 - Exportações sul-coreanas como porcentagem do PIB



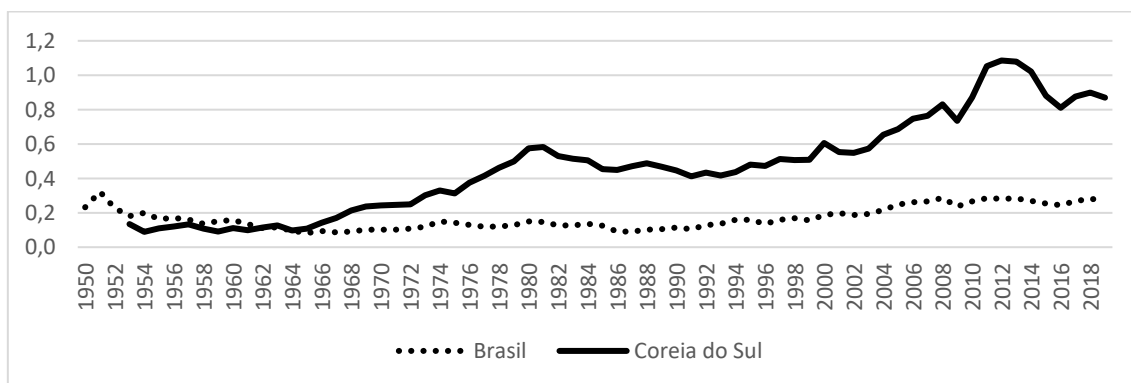
Fonte: PWT 10.01. Elaboração própria.

6. Comparação entre os casos brasileiro e sul-coreano

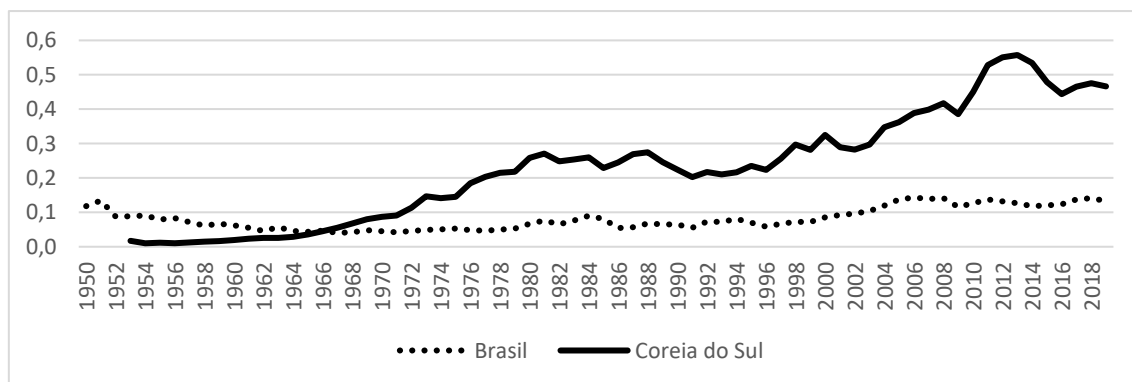
Ao comparar o caso brasileiro com o caso sul-coreano, deve-se levar em conta algumas diferenças estruturais no processo de industrialização de cada país. O Brasil, ao optar pelo modelo de substituição de importações, se estabeleceu como uma economia com um baixo grau de abertura comercial. A Coreia do Sul, por outro lado, ao adotar um modelo de industrialização voltado para as exportações, destaca-se como uma economia com um alto grau de abertura comercial. Tais diferenças evidenciam-se nos gráficos abaixo.

Até a década de 1960, Brasil e Coreia do Sul possuíam um grau de abertura semelhante. Contudo, principalmente a partir da década de 1970, observa-se um descolamento entre esses dois países: a Coreia do Sul, por meio de incentivos às exportações, tornou-se um país aberto comercialmente, enquanto o Brasil permaneceu como uma economia fechada.

Figura 5 - Grau de abertura comercial

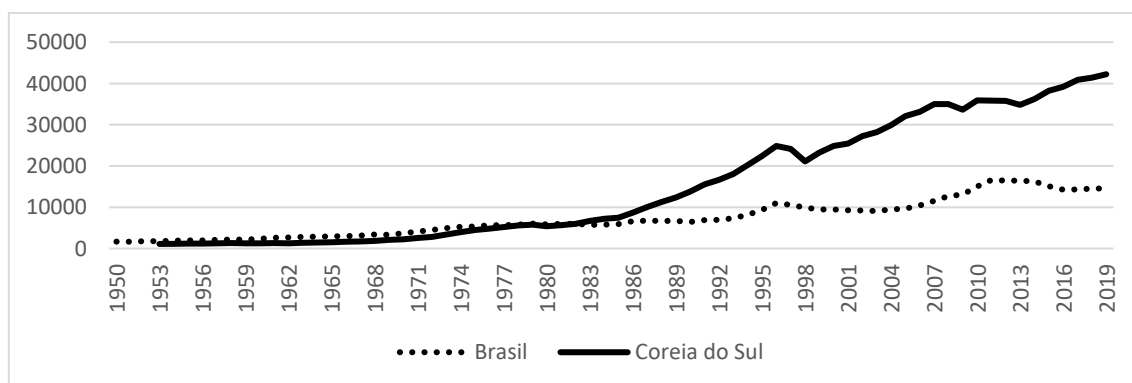


Fonte: PWT 10.01. Elaboração própria.

**Figura 6 - Exportações como porcentagem do PIB**

Fonte: PWT 10.01. Elaboração própria.

Ao comparar o crescimento do PIB *per capita* de ambos os países ao longo do período, o resultado condiz com o esperado: economias mais abertas e, conseqüentemente, mais integradas ao livre comércio, apresentam um melhor resultado econômico, uma vez que o processo de abertura e integração comercial tem um efeito global positivo, propiciando, particularmente, um crescimento econômico acelerado e estável no longo prazo. A Coreia do Sul, ao abrir sua economia e adotar uma estratégia de crescimento voltado para a exportação, atingiu rapidamente um nível de renda semelhante ao dos países desenvolvidos, enquanto o Brasil ainda vive uma experiência lenta e menos intensa de desenvolvimento econômico.

Figura 7 - PIB per capita

Fonte: PWT 10.01. Elaboração própria.

Mesmo no nível de firma, uma maior abertura para o mercado externo tem uma correlação positiva com o desempenho econômico. Gomes e Ellery Jr (2007) mostram uma relação positiva entre exportações e produtividade do trabalho. Além disso, firmas que exportam para um número maior de mercados importadores costumam ser mais produtivas do que aquelas que exportam para um número menor de mercados importadores. Ao analisarem a



relação entre exportações e tamanho das firmas, os autores encontram uma nova relação positiva: firmas exportadoras apresentam um desempenho comercial no mercado interno superior ao das firmas que não exportam. Adicionalmente, firmas que possuem uma maior parcela do mercado interno tendem a exportar para um número maior de mercados.

Estimar até que ponto a abertura comercial é capaz de explicar os casos de sucesso de crescimento econômico, como o sul-coreano, ainda é um desafio. Outros fatores também foram fundamentais para esse processo e contribuíram diretamente para a rápida ascensão, como investimentos em capital, físico e humano, tecnologia e elevadas taxas de poupança. Entretanto, países latino-americanos, como o México e o próprio Brasil, viveram também um período de abertura de suas economias algumas décadas depois, mas não alcançaram os resultados apresentados pelos países asiáticos, o que sugere que os outros fatores citados no processo de rápido crescimento da Coreia do Sul desempenham papel central no fenômeno do acelerado desenvolvimento das economias asiáticas.

7. Conclusão

Ao comparar as estratégias de industrialização adotadas pelo Brasil e pela Coreia do Sul ao longo do século XX, identifica-se a existência de estratégias distintas, moldadas por contextos históricos, políticos, sociais e econômicos específicos. O Brasil optou por um modelo de industrialização por substituição de importações, fortemente baseado na proteção do mercado interno, por meio de altas tarifas alfandegárias e barreiras comerciais, além de uma intensa intervenção estatal na economia. Esse modelo visava reduzir a dependência de produtos manufaturados estrangeiros, promovendo um processo de industrialização voltado, inicialmente, para o abastecimento do mercado doméstico.

A Coreia do Sul, por sua vez, iniciou seu processo de industrialização com um caminho semelhante ao do Brasil, também contando com forte atuação do Estado e com políticas protecionistas em certos setores produtivos. No entanto, a partir da década de 1960, o país promoveu uma mudança estratégica significativa, adotando um modelo de industrialização voltado para a exportação. Essa transição implicou a abertura da economia, um maior incentivo à competitividade internacional e a busca por mercados externos para seus produtos manufaturados, gerando crescimento acelerado, modernização industrial e inserção dinâmica no sistema econômico global.

A análise dos dados disponíveis sobre o desempenho de ambas as economias ao longo das décadas permite sugerir que a alternativa sul-coreana por uma economia mais aberta e



integrada ao comércio internacional contribuiu para um crescimento acelerado e sustentável no longo prazo. Tal estratégia possibilitou ao país alcançar elevados níveis de produtividade, inovação tecnológica e qualificação da sua mão de obra, o que permitiu a elevação significativa do nível de renda per capita do país, colocando a Coreia do Sul entre as economias mais desenvolvidas do mundo.

O Brasil, embora tenha experimentado um notável crescimento industrial até a década de 1980, esbarrou em limitações estruturais, como baixa competitividade externa, dependência tecnológica, falta de estímulos à inovação e pouca diversificação das exportações. Com o tempo, essas fragilidades resultaram em uma trajetória de crescimento econômico instável, marcada por recorrentes crises, baixa produtividade e um grau de integração internacional bastante limitado.

É fundamental ressaltar que a simples abertura comercial não é, por si só, uma garantia do sucesso econômico. O caso sul-coreano evidencia que a abertura econômica e a integração ao mercado global foram acompanhadas por um conjunto de reformas sociais, políticas e econômicas complementares, que incluíram investimentos em capital, físico e humano, tecnologia, fortalecimento institucional, apoio à inovação e estabilidade macroeconômica.

Dessa forma, o comércio exterior atuou como um forte motor do crescimento. Para o Brasil, ainda marcado por certa resistência histórica à integração internacional, a experiência sul-coreana oferece lições valiosas sobre como combinar abertura comercial com políticas econômicas e sociais eficazes para fomentar o desenvolvimento econômico sustentável e duradouro.



Referências

BANCO MUNDIAL. **World Bank Country and Lending Groups. Data Help Desk.** Disponível em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Conceito histórico de desenvolvimento econômico.** São Paulo: FGV EESP, 2007. (Textos para Discussão FGV EESP, nº 157).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento.** Revista de Economia Política, v. 30(4), p. 663-686, 2010.

DALL'ACQUA, Fernando. **Crescimento e estabilização na Coréia do Sul, 1950-86.** Revista Brasileira de Economia, v. 45(1), p. 103-125, 1991.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Victor; ELLERY JR, Roberto. **Perfil das exportações, produtividade e tamanho das firmas no Brasil.** Revista Brasileira de Economia, v. 61(1), p. 33-48, 2007.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia Internacional.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

PREBISCH, Raúl. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas.** Revista Brasileira de Economia, v. 3(3), p. 47-100, 1949.

ROS, Jaime. **Rethinking Economic Development, Growth and Institutions.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUZIGAN, Wilson. **Industrialização brasileira em perspectiva histórica.** História Econômica & História de Empresas, v. 3(2), p. 7-25, 2012.

TODARO, Michael P.; SMITH, Stephen C. **Economic Development.** 13. ed. Harlow, England: Pearson, 2020.

YOON, Taek Dong; SOUZA, Nali de Jesus de. **Uma análise empírica sobre os fatores do desenvolvimento econômico da Coréia do Sul: 1961-1990.** Estudos Econômicos (São Paulo), São Paulo, Brasil, v. 31(2), p. 321-367, 2001.